

# Petrobras retarda pagamentos de R\$ 1 bi em compensações ambientais

Dinheiro iria para unidades de conservação; estatal diz não ter pendências e que cumpre a lei

Vinicius Sassine

MANAUS A Petrobras está retardando o pagamento de compensações ambientais—previstas em lei, em razão das atividades de exploração de petróleo com grande impacto—no valor de R\$ 986 milhões. O dinheiro deveria estar em uso por unidades de conservação em diversas regiões do Brasil.

A Folha obteve a relação de todas as compensações que a estatal tem a obrigação de fazer, com o detalhamento de quais projetos estão pendentes de execução.

Os dados foram fornecidos pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), via Lei de Acesso à Informação. O órgão federal é responsável pela gestão das unidades de conservação.

Até 2024, 45 empreendimentos da Petrobras estão com as compensações ambientais pendentes, segundo as tabelas fornecidas pelo órgão federal.

A reportagem, a estatal de clarou que cumpre a legislação e suas obrigações. A verificação da conformidade legal de seus empreendimentos é sistematicamente monitorada pelos órgãos reguladores, afirma, por meio de nota.

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que é o órgão licenciador, define datas para o início das compensações e, se o pagamento, os valores passam a ser atualizados monetariamente, o que caracteriza pendência no cumprimento da obrigação, como aponta o ICMBio.

Não há um prazo fixo para o pagamento, mas orientação para que a obrigação seja quitada "com a maior brevidade possível", de acordo com o Ibama. "Quanto maior a demora em se realizar o pagamento, maior o valor a ser pago", explica o órgão, também em nota.

Na lista fornecida, há os nomes das unidades de conservação definidas para o empreendimento de valores, as ações que devem ser feitas—como a própria implementação da unidade, regularização fundiária ou plano de manejo—e os valores a serem repassados, conforme definido pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal, integrado por Ibama, ICMBio e Ministério do Meio Ambiente.

Os termos de compromisso referentes a compensações que somam R\$ 986 milhões nem chegaram a serem assinados. Houve casos, inclusive, de recusas da Petrobras em assinar termos, conforme a resposta do ICMBio obtida também via Lei de Acesso à Informação.

"Nos empreendimentos relacionados a Petrobras, as situações identificadas de recusa da celebração do TCCA [termo de compromisso de compensação ambiental] pelo empreendedor ocorridas no curso dos processos foram tempestivamente notificadas aos Ibama para adoção das providências legais cabíveis", informou o ICMBio.

A Petrobras não se recusou formalmente a pagar compensações ambientais, mas apresentou recursos administrativos e jurídicos contra os índices de correção monetária adotados ao longo do tempo, explica o Ibama. Houve pedidos de revisão de procedimentos.

A empresa, por sua vez, afirma que assina os termos de compromisso assim que os documentos são disponibilizados e que não reconhece pendências.

"Desde 2019, já foram assinados termos de compromisso cujos valores superam R\$ 200 milhões", afirma.

Os dados fornecidos pelo ICMBio mostram que, além dos R\$ 986 milhões pendentes, há R\$ 1,1 bilhão em compensações da Petrobras com termos de compromisso assinados. Já foram depositados R\$ 26,4 milhões.

Ainda segundo a tabela fornecida pelo órgão, um processo sem a celebração do termo de compromisso tem o ano de 2024 como o ano para a obrigação—há 22 anos, portanto. Outros têm datas de 2025, 2027 e dos anos seguintes. Os mais recentes são de 2022.

Com base nos dados, a reportagem identificou que uma fatia expressiva das compensações devidas—R\$ 250 milhões, ou 25% do total—seria destinada a unidades de conservação na Amazônia.

A empresa foi notificada em 2022 sobre a existência de 47 processos de compensação ainda em aberto, segundo o Ibama.

Os questionamentos da estatal dizem respeito a juros durante o uso da taxa Selic na correção monetária, o que foi "pacificado" com a definição do IPCA-E, conforme o órgão. Essa alteração ocorreu em junho de 2023 e foi comunicada

quanto maior a demora em se realizar o pagamento, maior o valor a ser pago

Naqueles empreendimentos (da) Petrobras, as situações identificadas de recusa da celebração do [termo de compromisso de compensação ambiental] pelo empreendedor ocorridas no curso dos processos foram tempestivamente notificadas aos Ibama para adoção das providências legais cabíveis

Desde que foi definido o índice de correção pelo IPCA-E, a Petrobras vem cumprindo com as compensações sem maiores questionamentos

Petrobras em nota alegando que questionou a taxa de correção aplicada

## Empreendimentos da Petrobras têm compensações ambientais pendentes

45 projetos com compensação pendente

373 destinações pendentes a unidades de conservação

Entre 2004 e 2022 é a data inicial definida para as obrigações

R\$ 980.068.195,20 é o valor total pendente

### Os 5 maiores empreendimentos com pendências

#### 1 Perfuração marítima na Bacia de Campos 2000 a 2008 e 2014 a 2021

Valor devido em compensação: R\$ 151.245.106,87

é o valor total pendente

Unidades que devem receber os recursos

Local Em R\$

1 Parque de Ipanema SP 34.000.000,00

2 RDS Nascentes Gerazeiras MG 40.000.000,00

3 Resex Arapari AM 40.000.000,00

4 Resex Itui AM 37.245.106,87

2 Produção e escoamento de petróleo unidade FPSO-P43, campo de Barracuda, na Bacia de Campos

Valor devido em compensação: R\$ 94.310.332,95

Algumas unidades que devem receber os recursos

Local Em R\$

1 Parque Grande Sertão Veredas MG 8.000.000,00

2 Parque do Rio Nova BA 5.000.000,00

3 Parque do Pau Brasil BA 4.700.000,00

4 Resex Ipa-Amazônia PA 2.000.000,00

5 Flona do Tapajós PA 1.050.000,00

6 Parque Amazônia AM PA 450.000,00

3 Revitalização dos campos de Marlim e Voador, plataformas Anita Garibaldi e Anna Nery, na Bacia de Campos

Valor devido em compensação: R\$ 79.123.672,82

Algumas unidades que devem receber os recursos

Local Em R\$

1 Parque da Chapada dos Veadeiros GO 3.942.283,19

2 Parque da Serra da Canastra MG 3.136.000,00

3 Parque da Serra do Cipó MG 2.934.000,00

4 Resex Itui AM 37.989.389,63

5 Resex Tapajós-Arapari PA 3.000.000,00

6 Resex Rio Xingu PA 2.780.000,00

4 Produção e escoamento de óleo e gás no campo de Caratinga, na Bacia de Campos

Valor devido em compensação: R\$ 75.135.726,52

Algumas unidades que devem receber os recursos

Local Em R\$

1 Parque da Chapada das Meias MA 2.831.952,83

2 Parque da Chapada Diamantina BA 2.831.952,83

3 Parque da Chapada dos Guimarães MT 2.831.952,83

4 Parque dos Campos Amazônicos AM MT 2.831.952,83

5 Parque da Serra do Divisor AC 2.831.952,83

6 Resex Chicoaré - Mato Grosso PA 1.168.858,59

5 Produção e escoamento de Lula Norte pela P-67, na Bacia de Santos

Valor devido em compensação: R\$ 58.105.764,32

Algumas unidades que devem receber os recursos

Local Em R\$

1 Estação ecológica Serra Geral do Tocantins TO 15.000.000,00

2 Parque da Serra da Bocaina SP RJ 6.000.000,00

3 Parque da Serra da Capivara PI 5.000.000,00

4 Resex Ipa-Amazônia PA 5.000.000,00

5 Resex Mata Grande MA 3.000.000,00

Fonte: ICMBio, por meio da Lei de Acesso à Informação



ao ICMBio em agosto.

"Desde então, a Petrobras vem cumprindo com as compensações sem maiores questionamentos", disse o órgão ambiental. "A ausência de respostas a ofícios [sobre tratativas para assinatura de termos de compromisso], ou respostas evasivas, é considerada como postergação intencional, atraso ou recusa, e nesses casos podem ser invocados recursos administrativos contra o empreendedor".

Entre as medidas que podem ser adotadas estão negativas de novos licenciamentos, suspensão de licenças vigentes e multas por descumprimento de condicionantes, apontou o Ibama.

A legislação prevê que, em casos de empreendimentos com significativo impacto ambiental, deve haver apoio à implantação e manutenção de unidades de conservação, dentro dos processos de licenciamento. A previsão desses aportes costuma ser uma das condições para a emissão das licenças.

Em duas tentativas da Petrobras de explorar petróleo na bacia For do Amazonas, na costa amazônica, ficou definida a necessidade de compensação ambiental. A região é vista como estratégica pelo governo Lula (PT), que quer a exploração ainda em 2024 no chamado bloco 59, a uma distância da costa de 500 km a 175 km, na direção de Oiapoque (AP).

O primeiro projeto foi abandonado de vez em 2016, em razão de um acidente durante atividade de perfuração do bloco FZA-4, bem próximo do bloco 59. Para o FZA-4, o Ibama definiu compensação de R\$ 140 mil, cujo pagamento foi protelado por mais de nove anos.

O dinheiro deveria ser destinado ao Parque Nacional Cabo Orange, área de conservação de mangues e campos inundáveis na região de Oiapoque. A Petrobras agita por seis vezes para protelar o pagamento, previsto agora para abril—o valor foi atualizado para R\$ 284 mil.

Já o projeto atual de exploração de petróleo na bacia For do Amazonas tem grau de impacto ambiental com escala máxima, conforme definição do Ibama. Esse grau impacta no cálculo da compensação, definida inicialmente em R\$ 4,3 milhões.

Na lista de empreendimentos com compensações pendentes, está a perfuração da bacia de Campos, referente ao período de 2000 a 2008 e de 2014 a 2021. Segundo a Petrobras, essa bacia responde por 25% da produção nacional de petróleo e gás.

O empreendimento lidera em valores de compensações pendentes, R\$ 151,2 milhões. Conforme as informações do ICMBio, as obrigações foram definidas em 2016, com destinações de recursos previstas para a Floresta Nacional de Ipanema (SP), a reserva Nascentes Gerazeiras (MG) e duas reservas extrativistas (resex)—Arapari e Itui—no Amazonas.

O dinheiro deveria consolidar a implementação de uma unidade e a regularização fundiária das demais. Os biomas preservados, nesses casos, são mata atlântica, cerrado e amazônia, respectivamente.

O processo com data mais antiga de definição da compensação diz respeito ao escoamento de óleo do campo de Marlim, da bacia de Campos. As compensações somam R\$ 8,3 milhões e se destinam aos Parques Nacionais Lençóis Maranhenses (MA), Serra da Bocaina (entre RJ e SP) e Serra dos Órgãos (RJ).

O Cabo Orange, no Arapari, é citado em três propostas de compensação ainda pendentes, no valor total de R\$ 6,9 milhões. A destinação ao parque referente à tentativa de perfuração de petróleo na bacia For do Amazonas, no valor de R\$ 284 mil, já aparece na tabela dos projetos com termos de compromisso assinados.